

TOLERÂNCIA

A tolerância é, em geral, a virtude de todo ser frágil destinado a viver com seus semelhantes. O homem, tão grande por sua inteligência, é, ao mesmo tempo, tão limitado pelos seus erros e por suas paixões, que não seria muito inspirar-lhe essa tolerância para com os outros e esse suporte dos quais ele tem tanta necessidade para si mesmo e sem os quais só veríamos sobre a terra desordens e dissensões. De fato, foi por ter proscrito essas doces e conciliadoras virtudes que tantos séculos, de certa forma, causaram o opróbrio e a infelicidade dos homens. Não esperemos que sem elas possamos restabelecer para sempre entre nós o repouso e a prosperidade.

Sem dúvida, são várias as fontes das nossas discórdias. Somos muito fecundos nesse gênero. Mas, como é sobretudo em matéria de sentimento e de religião que os preconceitos destruidores triunfam com mais império e com direitos mais especiais, é também a combatê-los que este artigo se destina. Inicialmente, estabeleceremos sobre os princípios mais evidentes a justiça e a necessidade da tolerância, e, a partir desses princípios, traçaremos os deveres dos príncipes e dos soberanos. Que triste tarefa é ter de provar aos homens verdades tão claras, tão interessantes, que, para ignorá-las, seria preciso ter renunciado à sua natureza! Mas se é exatamente neste século que fechamos os olhos à evidência e o coração à humanidade, manteremos nesta obra um silêncio covarde e culpado? Não; qualquer que seja seu sucesso, ousemos ao menos reclamar os direitos da justiça e da humanidade e tentemos ainda uma vez arrancar o punhal do fanático e a venda dos olhos do supersticioso.

Entro no assunto por meio de uma reflexão muito simples e, no entanto, bem favorável à tolerância: como a razão humana não tem uma medida precisa e determinada, aquilo que é evidente para um é frequentemente obscuro para outro. A evidência, como se sabe, nada mais é que uma qualidade relativa que pode vir da clareza com a qual nós vemos os objetos, ou da relação que há entre eles e nossos órgãos, ou ainda de outra causa; de sorte que um grau de luz suficiente para convencer um é insuficiente para outro, cujo espírito é menos vivo ou diferentemente afetado, de onde se segue que ninguém tem o direito de dar sua razão por regra, nem pretender submeter ninguém às suas opiniões. Com efeito, tanto vale exigir que eu veja com vossos olhos como querer que eu acredite baseado em vosso julgamento. Está claro, então, que temos todos nossa maneira de ver e de sentir, que depende bem pouco de nós. A educação, os preconceitos, os objetos que nos rodeiam e mil causas secretas influenciam nossos julgamentos e modificam-nos ao infinito. O mundo moral é ainda mais variado que o físico e os espíritos se assemelham menos que os corpos. É bem verdade que temos princípios comuns sobre os quais frequentemente estamos de acordo; mas esses primeiros princípios são poucos, as consequências que deles decorrem tornam-se sempre menos claras à medida que se distanciam deles, assim como essas águas que se turvam ao se afastar de sua nascente. Desde então, os sentimentos se dividem e são tanto mais arbitrários quanto cada um aí põe algo de seu e encontra resultados particulares. A derrota não é a princípio tão sensível, mas logo acontece que, quanto mais caminhamos, mais nos afastamos, mais nos dividimos. Mil caminhos conduzem ao erro, um só leva à verdade: feliz aquele que sabe reconhecê-lo! Cada um se bate por sua posição sem poder persuadir os outros; mas se, nesse conflito de opiniões, é impossível acabar com nossas diferenças e concordar sobre tantos pontos delicados, saibamos pelo menos nos

reaproximar e nos unir pelos princípios universais da tolerância e da humanidade, posto que nossos sentimentos nos dividem e não podemos ser unânimes. O que há de mais natural do que nos suportarmos mutuamente e dizer-nos com tanta verdade e justiça: “por que aquele que se engana deixará de me ser caro? O erro não foi sempre o triste apanágio da humanidade? Quantas vezes acreditei ver o verdadeiro onde, em seguida, reconheci o falso? Quantas vezes condenei-o para depois adotar-lhe as ideias? Ah! Sem dúvida, adquiri o direito de desconfiar de mim mesmo e evitarei odiar meu irmão apenas porque ele pensa diferente de mim!”.

Quem consegue ver, sem dor e sem indignação, que a própria razão que deveria nos levar à indulgência e à humanidade, à insuficiência de nossas luzes e à diversidade de nossas opiniões seja precisamente aquela que com mais fúria nos divide? Nós nos tornamos os acusadores e os juizes de nossos semelhantes; são por nós citados em nossos tribunais com arrogância; exercemos sobre seus sentimentos a inquisição mais odiosa; o erro não pode encontrar complacência aos nossos olhos, como se fôssemos infalíveis. No entanto, o que há de mais digno de perdão, posto que é involuntário e que se oferece a nós sob a aparência da verdade? Não é verdade que as homenagens que prestamos ao erro queríamos mesmo prestá-las à verdade? Um príncipe não é igualmente louvado pelas honras que prestamos a outro pensando fazê-las a ele? Nosso desprezo pode enfraquecer nosso mérito a seus olhos, posto que ele vê em nós a mesma atenção, a mesma retidão do que naqueles que, mais bem instruídos, se dirigem à sua pessoa? Não vejo raciocínio mais forte contra a intolerância; absolutamente, não se adota o erro como erro; pode-se algumas vezes perseverar nele por motivos interesseiros e é aí que se é culpado. Mas não concebo que se possa condenar aquele que se engana de boa-fé, que toma o falso pelo verdadeiro sem que se possa acusá-lo de malícia ou de negligência; que se deixa inflamar por um sofisma e não sente a força do raciocínio que o combate. Se lhe falta discernimento ou penetração, não é disso que se trata; não se é culpado por ser limitado, e os erros do espírito não podem [391] nos ser imputados a não ser que nosso coração tome parte neles. O que faz a essência do crime é a intenção direta de agir contra as luzes, de fazer aquilo que se sabe ser mau, de ceder a paixões injustas e de perturbar de propósito as leis da ordem que conhecemos. Em suma, toda a moralidade de nossas ações está na consciência, no motivo que nos faz agir. Mas, dizeis, essa verdade é de uma tal evidência que não podemos fugir dela sem ficarmos voluntariamente cegos, sem sermos culpados de teimosia ou de má-fé? Ah, quem sois vós para dizer alguma coisa a esse respeito e para condenar vossos irmãos? Por acaso penetrais no fundo de sua alma? Seus recantos se abriram aos vossos olhos? Compartilhais com o eterno o atributo incomunicável de perscrutador de corações? Que assunto exige mais exame, mais prudência e moderação do que este que vós decidis tratar com tanta facilidade e segurança? É tão fácil assim demarcar com precisão os limites da verdade, distinguir com exatidão o ponto quase sempre invisível no qual ela termina e onde começa o erro, determinar o que todo homem deve admitir e conceber e que pode rejeitar sem ser criminoso? Quem pode conhecer, insisto, a natureza íntima dos espíritos e todas as modificações às quais são suscetíveis? Vemos isto todos os dias: não existe absolutamente verdade tão clara que não seja passível de contradições. Não há sistema ao qual não se possa fazer objeções, frequentemente tão fortes quanto as razões que o defendem. O que é simples e evidente para um, parece falso e incompreensível para outro, o que não decorre somente de seus diversos graus de luzes, mas também da própria diferença entre os espíritos, pois observa-se, nos maiores gênios, a mesma variedade de opiniões e certamente maior entre eles do que entre o vulgo.

Mas, sem nos determos nessas generalidades, entremos nos pormenores e, como a verdade algumas vezes se estabelece melhor pelo seu oposto do que diretamente, se mostrarmos em poucas palavras a inutilidade, a injustiça e as consequências funestas da intolerância, provaremos a justiça e a necessidade da virtude que lhe é oposta.

Dentre todos os meios que se empregam para chegar a algum fim, a violência é certamente o menos útil e o menos adequado para realizar o que nos propomos. Com efeito, para atingir um fim, qualquer que seja, deve--se pelo menos assegurar a natureza e a conveniência dos meios que foram escolhidos. Nada é mais sensível do que o fato de que toda causa deve conter em si uma relação necessária com o efeito que se espera, de modo que se possa ver esse efeito em sua causa e o sucesso nos meios. Assim, para agir sobre os corpos, movê-los, dirigi-los, empregar-se-ão forças físicas. Mas, para agir sobre os espíritos, dobrá-los, determiná-los, será necessário um meio de outro gênero, raciocínios, por exemplo, provas, motivos. Não é com silogismos que tentareis derrubar uma muralha ou abater uma fortaleza, e não é com o ferro e o fogo que destruireis os erros, corrigireis os falsos juízos. Qual é, pois, o objetivo dos perseguidores? Converter aqueles que eles atormentam, mudar suas ideias e suas opiniões para lhes inspirar ideias e opiniões contrárias, em suma, dar-lhes uma outra consciência, um outro entendimento. Mas, qual é a relação entre torturas e opiniões? O que me parece claro, evidente, parecer-me-á falso no sofrimento? Uma proposição que considero absurda e contraditória será clara para mim se eu estiver num cadafalso? Repito: é com ferro e o fogo que a verdade aparece e se comunica? Provas, raciocínios, podem me convencer e me persuadir. Mostrai-me, pois, o que há de falso em minhas opiniões e renunciarei a elas sem esforço; mas os tormentos nunca farão o que vossas razões não puderam fazer.

Para tornar esse raciocínio mais sensível, que nos seja permitido introduzir um desses desafortunados que, prestes a morrer pela fé, fala assim aos seus perseguidores: “Oh, meus irmãos! O que exigis de mim? Como posso vos satisfazer? Está em meu poder renunciar às minhas opiniões, para me submeter às vossas? Mudar, reformar o entendimento que Deus me deu, ver com outros olhos que não os meus, ser um outro que não eu? Se minha boca exprimisse essa confissão que desejais, dependeria de mim que meu coração estivesse de acordo com ela? E que preço teria a vossos olhos esse perjúrio forçado? Vós, que me perseguis, poderíeis alguma vez vos decidir a renegar vossa crença? Não faríeis com que vossa glória consistisse nessa constância que vos irrita e que vos arma contra mim? Por que quereis pois me forçar, por uma inconsequência bárbara, a mentir contra mim mesmo, a me tornar culpado de uma covardia que vos horrorizaria?

“Por qual estranha cegueira inverteis só no meu caso todas as leis divinas e humanas? Atormentais os outros culpados para tirar deles a verdade e me atormentais para me arrancar mentiras. Quereis que eu vos diga o que não sou e não quereis que eu diga o que sou. Se a dor me fizesse negar as opiniões que professo, aprovaríeis minha retratação, por mais suspeita que ela fosse? Punis minha sinceridade e recompensaríeis minha apostasia. Vós me julgais indigno de vós porque sou de boa-fé. Não é, contudo, cessando de sê-lo que posso merecer minha graça? Discípulos de um senhor que só pregou a verdade, acreditais manter sua glória dando-lhe adoradores hipócritas e perversos? Se eu abraço e defendo a mentira, ela tem, para mim, toda a aparência da verdade. Deus, que conhece meu coração, vê bem que ele não é cúmplice dos desvios de meu espírito, e que, em minhas

intenções, é a verdade que eu honro, mesmo combatendo contra ela.

“Ah! Que outro interesse, que outro motivo poderia me animar? Se me exponho a sofrer tudo, a perder tudo que tenho de mais caro para seguir opiniões cuja falsidade me é conhecida, sou apenas um insensato, um furioso, mais digno de vossa piedade do que de vosso ódio. Mas, se me exponho a sofrer tudo, se enfrento as tormentas e a morte para conservar o que me é mais precioso na vida, os direitos de minha consciência e de minha liberdade, o que vedes em minha perseverança que mereça vossa indignação?”

“Dizeis que minhas opiniões são as mais perigosas, as mais condenáveis; mas tendes somente o ferro e o fogo para me convencer a voltar atrás? Que estranhos meios de persuasão são as fogueiras e os cadafalsos! A própria verdade seria desconhecida sob esse aspecto; ah, não é assim que ela exerce seu império sobre nós; ela tem armas mais vitoriosas. Mas as que empregais só provam vossa impotência. Se é verdade que minha sorte nos afeta, que deplorais meus erros, por que apressar minha ruína, que talvez eu tivesse evitado? Por que me roubar um tempo que Deus me concede para que eu me esclareça? Pretendeis agradá-lo vos apropriando de seus direitos, antecipando sua justiça? Pensais honrar um Deus de paz e caridade oferecendo-lhe vossos irmãos num holocausto, elevando-lhe troféus com seus cadáveres?”

[392]

Tais seriam, em essência, as expressões arrancadas pela dor e pelo sentimento desse infortunado, se as chamadas que o envolviam lhe permitissem terminar de falar.

De qualquer modo, quanto mais conhecemos a fundo o sistema dos intolerantes, mais sentimos sua fraqueza e sua injustiça. Eles teriam pelo menos um pretexto se as homenagens forçadas, renegadas rapidamente pelo coração, pudessem agradar ao Criador. Mas se é tão somente a intenção que faz o preço do sacrifício, e se o culto interior é tudo o que ele pede, de que modo esse ser infinito vai olhar esses temerários que ousam atentar contra seus direitos e profanar sua mais bela obra, tiranizando os corações que ele preza? Não há nenhum rei sobre a terra que se dignasse a aceitar um incenso oferecido só pela mão e que não se ruborizasse por exigir para Deus esse incenso indigno; pois, enfim, esses são os sucessos tão vangloriados pelos perseguidores: produzir hipócritas ou mártires, covardes ou heróis; a alma fraca e pusilânime que se apavora diante dos tormentos abjura tremendo sua crença e detesta o autor de seu crime; a alma generosa, ao contrário, que sabe contemplar o suplício que lhe é preparado sem chorar, permanece firme, inalterável, considera com piedade os perseguidores e corre em direção à morte como se fosse em direção ao triunfo. A experiência está por demais a nosso favor. Quando o fanatismo fez correr rios de sangue sobre a terra, não vimos inumeráveis mártires se indignar e se enrijecer contra os obstáculos? E a respeito das conversões forçadas, logo não se viu também que desapareceram, assim que o perigo cessou, que o efeito desapareceu com a causa, e que aquele que cedeu por um tempo voltou para os seus desde que pôde fazer isto, lamentou com eles sua fraqueza e retomou com entusiasmo sua liberdade natural? Não, não concebo absolutamente blasfêmia mais horrível do que dizer-se autorizado por Deus ao seguir tais princípios.

É, portanto, verdadeiro que a violência é bem mais adequada para confirmar a religião do que para

afastar dela aqueles que são perseguidos e a despertar, como se pretende, sua consciência adormecida. Dizia um político que “não é preenchendo a alma com um grande objeto, aproximando-a do momento em que esse objeto lhe deve ser da maior importância, que se consegue afastá-la dele. As leis penais, em matéria de religião, imprimem o medo, é verdade. Mas como a religião tem suas leis penais que também inspiram o medo, entre esses dois medos diferentes as almas tornam-se atrozadas. Dizeis que não quereis levar um homem a trair sua consciência, mas somente animá-la, pelo medo ou pela esperança, a sacudir seus pre-conceitos, a distinguir a verdade do erro que professa. Ah! Perguntamo-nos quem poderia entregar-se, em momentos críticos, à meditação, ao exame que propodes. O estado mais calmo, a atenção mais contínua, a liberdade mais completa, não bastam para esse exame. E quereis que uma alma, to-mada pelos horrores da morte e sem cessar obcecada pelas imagens mais terríveis, seja mais capaz de reconhecer e apreender essa verdade que teria desconhecido em dias tranquilos! Que absurdo! Que contradição!!”. Não, não. O sucesso dessas violências será sempre, como dissemos, o de fortalecer em suas opiniões aqueles que são suas vítimas, pelos próprios males que essas violências atraem, o de preveni-los, ao contrário, contra as opiniões de seus inimigos pelo próprio modo como estes as apresentam, e de lhes inspirar, pela sua religião, o mesmo horror que têm por sua pessoa.

Que não culpem, pois, a não ser a si mesmos, estes que traem indignamente a verdade, se dela usufruem; que a confundem com a impostura, dando-lhe suas armas e mostrando-a sob seus estandartes. Isto só não bastaria para provocar preconceitos contra ela e torná-la ignorada por aqueles que talvez a tivessem abraçado? Não, não importa o que dizem, a verdade só tem necessidade de si mesma para se sustentar e para cativar os espíritos e os corações. Ela brilha por seu esplendor e só com suas próprias armas. É em seu próprio seio que ela encontra seus traços e sua luz. Ela se envergonharia de apoio estranho que só poderia obscurecer ou dividir sua glória. Sua coerção está na sua própria excelência; ela rapta, arrasta, subjuga, por sua beleza. Seu triunfo é aparecer; sua força é o de ser o que ela é. O erro, ao contrário, fraco e impotente, faria pouco progresso sem a violência e a coerção. É por isto que ele foge de todo exame e todo esclarecimento, que só poderão prejudicar sua causa. É no meio das trevas da superstição e da ignorância que o erro gosta de golpear e difundir seus dogmas obscuros. É então que, desprezando os direitos da consciência e da razão, ele exerce impunemente o despotismo da intolerância e governa seus próprios súditos com um cetro de ferro. Se o sábio ousa elevar sua voz, o medo logo a sufoca e aí do audacioso que confessa a verdade no meio de seus inimigos. Cessai, pois, perseguidores, repito, de defender essa verdade com as armas da impostura, de roubar do cristianismo a glória de seus fundadores, de caluniar o Evangelho e de confundir o filho de Maria com o filho de Ismael, pois, enfim, com que direito recorreis ao primeiro e aos meios dos quais ele se serviu para estabelecer sua doutrina, se seguís os passos do outro? Vossos próprios princípios não são vossa condenação? Jesus, vosso modelo, nunca empregou senão a doçura e a persuasão. Maomé seduziu alguns e forçou outros ao silêncio. Jesus recorreu às suas obras, Maomé à sua espada. Jesus disse: vede e acreditai. Maomé disse: crede ou morrereis. Sois discípulos de qual dos dois? Sim, nunca seria demais afirmar que a verdade difere do erro tanto em relação aos seus meios quanto em relação à sua essência. A doçura, a persuasão, a liberdade, estes são os seus divinos caracteres. Que ela se ofereça assim, pois, a meus olhos; no mesmo instante, meu coração se sentirá arrastado por ela. Onde reina a violência e a tirania, não é ela que vejo, mas o seu fantasma. Pensais, com efeito, que na tolerância universal que gostaríamos de estabelecer, prestamos mais atenção aos progressos do erro do que aos

da verdade? Se todos os homens, adotando nossos princípios, concordassem com um apoio recíproco, desconfiassem de seus preceitos mais caros e considerassem a verdade como um bem comum, de modo que seria tão injusto querer privar os outros desse bem quanto crer que o possui com a exclusão dos outros; se todos os homens, repito, deixando sua maneira de ver, se corresponderem com as extremidades da terra para comunicar em paz seus sentimentos, poder-se-ia duvidar que, nesse silêncio unânime das paixões e dos preconceitos, não se visse, ao contrário, a verdade recuperar seus direitos, estender insensivelmente o seu império e as trevas do erro serem destruídas e fugirem diante dela, assim como as sombras leves fogem à aproximação da luz do dia?

No entanto, não afirmo que o erro não tivesse feito algum progresso, nem que o infiel tivesse abjurado com facilidade mentiras tornadas respeitáveis à força de prevenção e de antiguidade. Sustento apenas que os progressos da verdade seriam bem mais rápidos, posto que, com sua ascendência natural, ela teria menos obstáculos a vencer para penetrar nos corações. Mas nada, não importa o que se diga, lhe é mais oposto [393] que o sistema de intolerância, que atormenta e degrada o homem, subjugando suas opiniões ao solo que o alimenta, comprimindo num círculo estreito de preconceitos sua inteligência ativa, proibindo-lhe a dúvida e o exame como se fossem um crime, e cumulando-o de anátemas se ele ousar raciocinar um instante e pensar de modo diferente de nós. Que meio mais seguro poder-se-ia escolher para eternizar os erros e subjugar a verdade?

Mas, sem atacar mais o sistema dos intolerantes, lancemos um olhar rápido sobre as consequências que dele decorrem e julguemos a causa pelos efeitos. Não se pode fazer pior mal aos homens do que confundir todos os princípios que os governam, derrubar as barreiras que separam o justo do injusto, o vício da virtude, romper todos os laços da sociedade, armar o príncipe contra seus súditos, os súditos contra o príncipe, os pais, os esposos, os amigos, os irmãos uns contra os outros, acender no fogo dos altares a chama das fúrias; em suma, tornar o homem odioso e bárbaro para o homem e sufocar em seu coração qualquer sentimento de justiça e de humanidade. Estes, contudo, são os resultados inevitáveis dos princípios que combatemos. Os crimes mais atrozes, os perjúrios, as calúnias, as traições, os parricídios, tudo é justificado pela causa, tudo é santificado pelo motivo. O interesse da Igreja, a necessidade de estender seu reino e de proscrever a qualquer preço todos aqueles que lhe resistem, autoriza e consagra tudo: estranha reviravolta de ideias, abuso incompreensível de tudo o que há de mais augusto e mais santo! A religião dada aos homens para uni-los e torná-los melhores torna-se o pretexto de seus desregramentos mais horríveis. Todos os atentados cometidos sob esse véu serão doravante legítimos, o cúmulo da perfídia se transforma no cúmulo da virtude. Aqueles que os juizes do mundo puniriam com o último suplício são transformados em santos e heróis. Renova-se, para o deus dos cristãos, o culto a Saturno e a Moloch, a audácia e o fanatismo triunfam, e a terra vê, com horror, monstros divinizados.

Que não nos acusem de molhar nosso pincel no fel; poderíamos muito bem responder a essa crítica e estremecemos com as provas que temos em mãos. Evitemos, contudo, nos prevalecer delas. É preferível deixar no esquecimento esses tristes monumentos de nossa vergonha e de nossos crimes e nos pouparmos a todos um quadro por demais humilhante para a humanidade. Mas é verdade, é certo que, com a intolerância, abris uma fonte inesgotável de males. A partir daí, cada parte se atribuirá os mesmos direitos, cada seita empregará a violência e a coerção, os mais fracos oprimidos

num lugar tornar-se-ão opressores num outro, os vencedores terão sempre direito, os vencidos serão os únicos hereges e só poderão queixar-se de sua fraqueza. Bastará uma potência armada para impor suas opiniões e confundir seus adversários. O destino da verdade acompanhará o destino dos combates e os mais ferozes mortais serão também os melhores crentes. Em toda parte ver-se-ão tão somente fogueiras, cadafalsos, proscricções, suplícios. Calvinistas, romanos, luteranos, judeus e gregos, todos se devorarão uns aos outros como se fossem animais ferozes. Os lugares onde o Evangelho reina serão marcados pela carnificina e pela desolação. Os inquisidores serão nossos senhores. A cruz de Jesus se tornará o estandarte do crime e seus discípulos se embriagarão com o sangue de seus irmãos. A pena cai de minhas mãos em face desses horrores. Entretanto, eles decorrem diretamente da intolerância, pois não creio que venham me opor a objeção, tão frequentemente atirada como um raio, de que, como a verdadeira Igreja é a única com direito de empregar a violência e a coerção, os heréticos não poderiam, sem ser criminosos, agir em favor do erro como a Igreja age em favor da verdade. Um sofisma tão pueril carrega em si mesmo a sua refuta-ção. Com efeito, quem não vê que é absurdo até mesmo supor a questão e pretender que aqueles que chamamos de

heréticos se reconheçam como tais, e se deixem estrangular, abstendo-se de represálias?

Concluamos que a intolerância universalmente estabelecida armaria todos os homens uns contra os outros e provocaria sem fim as guerras de opinião. Pois, supondo que os infiéis não fossem perseguidores por princípios religiosos, eles o seriam pelo menos por política ou por interesse. Com os cristãos não podendo tolerar aqueles que não adotam suas ideias, ver-se-iam com razão todos os povos se unirem contra eles e conjurarem a ruína desses inimigos do gênero humano que, sob o véu da religião, nada veriam de ilegítimo para atormentá-lo e subjugá-lo. Com efeito, eu pergunto, o que teríamos a censurar a um príncipe, da Ásia ou do Novo Mundo, que mandasse enforcar o primeiro missionário que enviássemos à sua terra para convertê-lo? O dever mais essencial de um soberano não é o de fortalecer a paz e a tranquilidade em seus estados e proscrever com cuidado os homens perigosos que, cobrindo de início sua fraqueza com uma doçura hipócrita, só querem difundir dogmas bárbaros e sediciosos tão logo se sintam com bastante poder para fazer isto? Que os cristãos, portanto, não se queixem se os outros povos, instruídos por suas próprias máximas, não quiserem tolerá-los, já que veem neles os assassinos da América ou perturbadores das Índias e se sua santa religião, obstinada a estender-se e a frutificar sobre a terra, for, com razão, banida por seus excessos e por seus furores.

De resto, parece-nos inútil opor aos intolerantes os princípios do Evangelho, que amplia e desenvolve os princípios da equidade natural; lembrá-los das lições e do exemplo de seu augusto mestre, que só inspirou doçura e caridade; e retrair diante de seus olhos a conduta dos primeiros cristãos, que só sabiam abençoar e orar por seus perseguidores. Absolutamente não reproduziremos esses raciocínios dos quais os pais da Igreja se serviam com tanta força contra os Neros e os Dioclecianos, mas que desde Constantino, o Grande, tornaram-se ridículos e tão fáceis de retorquir. Sabe-se que num verbete só podemos ver por alto um assunto tão fértil: assim, depois de ter recordado os princípios que nos pareceram os mais gerais e mais luminosos, resta-nos, para completar nosso objetivo, traçar os deveres dos soberanos relativamente às seitas que dividem a sociedade.

Incedo per ignes. “Eu vou por meio do fogo.”

Numa questão tão delicada, não avançarei sem autoridade; e na exposição de alguns princípios gerais, ver-se-ão sem dificuldade as consequências que daí decorrem.

I) Portanto, jamais será possível reduzir a questão ao seu verdadeiro ponto, se primeiro não se distingue o Estado da Igreja e o padre do magistrado. O Estado ou a república têm por objetivo a conservação de seus membros, a segurança de sua liberdade, de sua vida, de sua tranquilidade, de suas possessões e de seus privilégios: a Igreja, ao contrário, é uma sociedade cujo fim é a perfeição do homem e a salvação de sua alma. O soberano olha sobretudo a vida presente; a Igreja olha sobretudo e diretamente a vida futura. Manter a paz na sociedade contra todos aqueles que gostariam de golpeá-la é o dever e o direito do soberano, mas seu direito expira onde reina o [394] da consciência. Essas duas jurisdições devem sempre estar separadas; elas não podem se sobrepor uma sobre a outra, sem que daí resultem males infinitos.

II) De fato, a salvação das almas não é confiada ao magistrado pela lei revelada nem pela lei natural, nem pelo direito político. Deus nunca ordenou que seus povos submetessem suas consciências ao gosto de seus monarcas e nenhum homem pode se comprometer de boa-fé a crer e a pensar como seu príncipe exige. Já o dissemos: nada é mais livre do que as opiniões; podemos externamente e da boca para fora concordar com as opiniões de um outro. Mas, sem dúvida, nos é tão impossível aquiescer internamente e contra nossas luzes quanto cessar de ser aquilo que somos. Por outro lado, quais seriam os direitos do magistrado? A força e a autoridade? Mas a religião persuade, não comanda. É uma verdade tão simples que mesmo os apóstolos da intolerância não ousam recusá-la quando a paixão ou o preconceito feroz cessam de ofuscar sua razão. Enfim, se a força puder ter um lugar na religião, se ela pudesse persuadir (que nos permitam essa absurda suposição), seria necessário, para ser salvo, nascer sob um príncipe ortodoxo; o mérito do verdadeiro cristão seria um acaso de nascimento. Além disto, seria necessário variar sua crença para conformá-la àquela dos príncipes que se sucedem: ser católico sob Maria e protestante sob Elisabeth. Quando se abandonam os princípios, não se vê mais como impedir o mal.

III) Expliquemo-nos, portanto, livremente e tomemos emprestada a linguagem do autor do contrato social. Eis como ele se explica esse ponto. “O direito que o pacto social dá ao soberano sobre seus súditos não ultrapassa de modo algum os limites da utilidade pública; os súditos só prestam contas de suas opiniões ao soberano se elas importam à comunidade. Ora, interessa sobremaneira ao Estado que cada cidadão tenha uma religião que o faça amar seus deveres; mas os dogmas dessa religião não interessam ao Estado, nem a seus membros, a não ser que eles digam respeito à sociedade. Há uma profissão de fé puramente civil, cujos artigos devem ser fixados pelo soberano, não precisamente como dogmas de religião, mas como sentimentos de sociabilidade, sem os quais é impossível ser bom cidadão, nem súdito fiel, sem poder obrigar ninguém a crer neles; ele pode banir do Estado quem não acreditar, não como ímpio, mas como insociável, como incapaz de amar sinceramente as leis da justiça e de imolar, se for necessário, sua vida a seu dever”.

IV) Podem-se tirar dessas palavras consequências legítimas. 1o) Os soberanos não devem absolutamente tolerar os dogmas opostos à sociedade civil; é verdade que eles não têm nenhum

controle sobre as consciências, mas devem reprimir esses discursos temerários que poderiam levar aos corações a licenciosidade e o desprezo pelos deveres. Os ateus, em particular, que retiram dos poderosos o único freio que os retêm e dos fracos sua única esperança, que debilitam todas as leis humanas ao retirar-lhes a força que elas extraem de uma sanção divina, que só deixam entre o justo e o injusto uma distinção política e frívola, que só veem o opróbrio do crime na pena do criminoso: os ateus, repito, não devem reclamar a tolerância em seu favor; que sejam instruídos de início, exortados com bondade; se persistem, que sejam reprimidos; enfim, rompei com eles, expulsai-os da sociedade, cujos laços eles mesmos quebraram. 2o) Os soberanos devem se opor com rigor às intenções daqueles que, cobrindo sua avidez com o pretexto da religião, quiserem atentarem contra os bens dos particulares ou dos próprios príncipes. 3o) Sobretudo, que proscram com força essas sociedades perigosas que, submetendo seus membros a uma dupla autoridade, formam um Estado dentro do Estado; rompendo a união política, relaxam, dissolvem os laços da pátria para concentrar nos corpos suas afecções e seus interesses e são assim dispostos a sacrificar a sociedade geral à sua sociedade particular. Em suma, que o Estado seja uno, que o padre seja antes de tudo cidadão, submetido como qualquer outro ao poder do soberano, às leis de sua pátria; que sua autoridade puramente espiritual se limite a instruir, exortar, pregar a virtude; que aprenda de seu mestre divino que seu reino não é deste mundo, pois tudo está perdido se deixais por um instante na mesma mão o gládio e o turíbulo.

Regra geral: respeitai inviolavelmente os direitos de consciência em tudo aquilo que não perturbe a sociedade. Os erros especulativos são indiferentes ao Estado; a diversidade das opiniões reinará sempre entre seres tão imperfeitos quanto o homem; a verdade produz as heresias como o sol, impurezas e manchas: não agravai um mal inevitável, empregando o ferro e o fogo para debelá-lo; puni os crimes, tende piedade do erro e jamais ofereci à verdade outras armas além da doçura, do exemplo e da persuasão. Para a mudança de crença, os convites são mais fortes que as penas; estas só têm efeito como destruição.

V) Contra esses princípios, nos apresentarão os inconvenientes que resultam da multiplicidade das religiões e as vantagens da uniformidade da crença em um estado. Responderemos primeiro com o autor de O espírito das leis: “que essas ideias de uniformidade atingem infalivelmente os homens vulgares porque eles aí encontram um gênero de perfeição que é impossível não descobrir: os mesmos pesos no governo, as mesmas medidas no comércio, as mesmas leis no Estado, a mesma religião em todas as partes; mas isso é sempre adequado e sem exceção? O mal da mudança é sempre menor que o mal do sofrimento? A grandeza do gênio não consistiria mais em saber em que casos é necessária a uniformidade e em quais outros são necessárias as diferenças?”. Com efeito, por que aspirar a uma perfeição incompatível com nossa natureza? A diversidade das opiniões subsistirá sempre entre os homens; a história do espírito humano é uma prova contínua disso e o projeto mais quimérico seria o de levar os homens a uma uniformidade de opiniões. Entretanto, dizeis, o interesse político exige que se estabeleça essa uniformidade, que se proscra com determinação toda opinião contrária às opiniões admitidas pelo Estado, ou seja, que se deve limitar o homem a não ser mais do que um autômato, instruindo-o com opiniões estabelecidas no lugar de seu nascimento, a jamais ousar examiná-las, nem aprofundá-las, a respeitar servilmente os preconceitos mais bárbaros, tais como aqueles que combatemos. Mas quantos males, quantas

divisões não causam num estado a multiplicidade da religião? A objeção se transforma em prova contra vós, uma vez que a intolerância ela mesma é fonte desses males; pois, se as partes diferentes concordam com um apoio mútuo e só procuram combater-se pelo exemplo, a regularidade dos costumes, o amor das leis e da pátria; se esta for a única prova que cada seita fizer valer em favor de sua crença, logo a harmonia e a paz reinariam no estado, apesar da variedade de opiniões, assim como as dissonâncias na música não perturbam absolutamente o acorde total. [395]

Insiste-se e afirma-se que a mudança de religião acarreta frequentemente revoluções no governo e no Estado: a isso respondo que a intolerância é a única responsável do que há de odioso nessa imputação; pois se os inovadores fossem tolerados ou se só fossem combatidos com as armas do Evangelho, o Estado não sofreria absolutamente com essa fermentação dos espíritos. Mas os defensores da religião dominante se levantam com furor contra os sectários, armam contra eles as potências, arrancam éditos sangrentos, insuflam em todos os corações a discórdia e o fanatismo e jogam sem pudor sobre suas vítimas as desordens que só eles mesmos produziram.

Em relação àqueles que, sob o pretexto da religião, procuram apenas perturbar a sociedade, fomentar sedições, sacudir o jugo das leis, reprimi-los com severidade. Não somos absolutamente seus apologistas, mas absolutamente não confundi com esses culpados aqueles que apenas vos pedem a liberdade de pensar, de professar a crença que julgam a melhor e que vivem como súditos fiéis do Estado.

Mas, direis ainda, o príncipe é defensor da fé; deve mantê-la em toda sua pureza e se opor com vigor a todos aqueles que atentam contra ela; se os raciocínios, as exortações, não forem suficientes, não é em vão que porta a espada, é para punir aquele que faz mal, para forçar os rebeldes a entrar no seio da Igreja. Que queres tu, então, bárbaro? Estrangular teu irmão para salvá-lo? Mas Deus te encarregou dessa horrível tarefa, pôs ele nas tuas mãos a responsabilidade de sua vingança? De onde sabes que ele quer ser honrado como os demônios? Vai, infeliz, esse Deus da paz recusa teus horrorosos sacrifícios; eles são dignos apenas de ti.

Não pretendemos fixar aqui os limites precisos da tolerância, distinguir o apoio caridoso que a razão e a humanidade reclamam em favor dos errantes, dessa culpável indiferença que nos faz ver sob o mesmo aspecto todas as opiniões dos homens. Pregamos a tolerância prática e de forma alguma a especulativa; e sabe-se bem que há diferença entre tolerar uma religião e aprová-la. Remetemos os leitores que desejam aprofundar-se nesse assunto ao comentário filosófico de Bayle, no qual, ao nosso ver, esse belo gênio superou-se a si mesmo.

(MGS)

ROMILLY, Jean-Edme. Tolerância (Ordem enciclopédica, Teologia, Moral e Política) in Denis Diderot, Jean le Rond d'Alembert. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 4: Política*. Organização Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza; tradução Maria das Graças de Souza, Pedro Paulo Pimenta, Thomaz Kawauche – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 351-366.